

Redefinições do trabalho, reforma agrária e soberania alimentar

Revisitando a luta de classes num ambiente de embates e debates

*Antonio Thomaz Junior**

RESUMO

A defesa intransigente da reforma agrária, sob o comando dos trabalhadores, e de políticas de manutenção dos camponeses e suas famílias, na terra, em condições de viver e produzir dignamente, se soma à bandeira da soberania alimentar num movimento de autonomia dos povos e dos trabalhadores em geral, para que decidam seus projetos de sociedade. Essa transposição das fragmentações imperantes no tecido social, por meio dessa associação, nos põe a refletir tanto sobre o alcance da bandeira e das lutas políticas específicas empreendidas, num primeiro momento pelos camponeses, como também que esse protagonismo ecoe para a sociedade em geral e, em particular, para o conjunto dos trabalhadores. É por isso que a centralidade do trabalho não deve estar distante da busca que empreendemos para compreender a identidade de classe do trabalho, especialmente com base no enunciado que estabelecemos, ao vincularmos reforma agrária, soberania alimentar, identidade de classe.

PALABRAS CLAVE: políticas de manutenção, soberania alimentar e movimentos.

RESUMEN

A la defensa de la reforma agraria sin concesiones, bajo el mando de los trabajadores y las políticas de protección en favor de las familias campesinas, capaces de vivir y producir con dignidad, se suma la bandera de la soberanía alimentaria como un movimiento de autonomía de la clase trabajadora. Esta transposición, en tanto fragmentación imperante del tejido social, nos lleva a reflexionar acerca del alcance de la bandera de soberanía y las luchas políticas concretas adoptadas por los campesinos, y su eco en el papel de la sociedad en general y en particular de los trabajadores. Este trabajo busca aportar elementos para la comprensión de la identidad de la clase obrera a partir de sus vínculos con la reforma agraria y la soberanía alimentaria.

PALABRAS CLAVE: políticas de mantención, soberanía alimentaria, movimientos sociales.

* Professor dos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação em Geografia, da FCT/UNESP/Presidente Prudente; Pesquisador 1 PQ/CNPq; Coordenador do CEGeT.

ABSTRACT

A defense is made for agrarian reform without concessions, under the management of workers and protection policies in favor of campesino (farm) families, allowing them to live with dignity and produce with dignity. The food sovereignty flag is added as a movement for the autonomy of the working class. This transposition, as it prevails against fragmentation of the social fabric, leads us to reflect on the scope of the flag of sovereignty and concrete political struggles adopted by campesinos, and how they resonate with the role of society in general and in particular workers. This paper seeks to provide elements for understanding the identity of the working class, emanating from its links with agrarian reform and food sovereignty efforts.

KEY WORDS: policy support, food sovereignty, social movements.

INTRODUÇÃO

Põe-se em cena considerarmos as capilaridades existentes no âmbito do trabalho e as consequentes tramas espaciais constituintes e constituidoras dos seus sentidos, os papéis sociais em que cada forma geográfica do trabalho se expressa territorialmente e os tensionamentos e conflitos que balizam a relação capital x trabalho, nesta virada de século.

Por essa via de reflexão, por conseguinte, ao menos de passagem, nada se liga a nada, mas é por dentro dessa realidade que privilegiamos nossas investigações. A princípio, poderíamos imaginar estarmos diante de uma aparente inversão de papéis sociais que nos estimula a pensar na *Babel* do século XXI. É como se imaginássemos estar diante de diversos mundos do trabalho, singulares, separados e desconectados do universo do trabalho, que, de tão amplo e plural, nos foge à compreensão. No entanto, a "inversão" quanto às reivindicações dos trabalhadores não aponta, no caso dos camponeses, quando pedem melhores salários, o mesmo que foi prescrito por Lênin (1982). Ou seja, retrato fiel da diferenciação interna que defende e prescreve a extinção do camponês pela via da sua proletarização, desconsidera que nessa circunstância o trabalhador se mantém como camponês e vivencia a condição operária, quando se assalaria.

É a riqueza de sentidos e as mediações desconsideradas, quando se fragmenta a compreensão do trabalho, radicada na especificidade das identidades (com base na sua divisão técnica) e/ou nas reivindicações, e não na estrutura societária e nos conteúdos geográficos que, de fato, pode nos oferecer a compreensão no âmbito dos significados e do pertencimento de classe. Esse elo perdido e ainda não refeito pelo movimento sindical (camponês e operário) nos conserva dedicados às investigações, sob o marco de seis passos articulados e simultâneos: 1) acompanhamento próximo e atento das manifestações dos trabalhadores, por meio dos movimentos sociais (sindical, associativo etc.); 2) proximidade e estreitamento nas ações conjuntas com os movimentos sociais, através de cursos, pesquisas etc.; 3) diálogo constante das contribuições teóricas dos demais pesquisadores; 4) reflexão ampla e profunda, em diversos fóruns, das pesquisas realizadas no âmbito do CEGeT (Centro de Estudos de Geografia do Trabalho); 5) intenção de perspectivar e manter as atenções voltadas para superação/emancipação do metabolismo do capital; 6) disposição de juntar forças com outros Grupos de Pesquisas e demais pesquisadores, para a formulação de investigações conjuntas sobre o universo do trabalho.

Em nível internacional, apesar das divergências existentes, especialmente quando se depreende o apego ao reformismo, entre os principais movimentos sociais envolvidos com a organização política dos camponeses, sobretudo no âmbito da CPE (Coordenadora Camponesa Européia)¹ e da Via Campesina, há unanimidades que é importante destacar.

Além de principiar os documentos políticos e as resoluções dos eventos com a defesa intransigente da reforma agrária, sob o comando dos trabalhadores, e de políticas de manutenção dos camponeses e suas famílias na terra, em condições de viver e produzir dignamente, ressaltamos, também: *a*) a adoção de técnicas e de tecnologias, de acordo com as necessidades e desejos dos próprios trabalhadores, com o objetivo de garantir a alimentação e as necessidades da sociedade; *b*) a importância de manter a produção

¹ As denominações, no Brasil, Coordenadora Camponesa Européia e, nos países de língua espanhola, Coordenadora Campesina Europea, são utilizadas frequentemente, e substituem a tradução correta de *paysané* (camponês) do francês.

camponesa vinculada a pequenos circuitos, para privilegiar a produção em todos os lugares possíveis, mantendo qualidade e sanidade dos alimentos, de sorte a conservar não somente seu fornecimento regular, mas também os laços culturais, a qualidade dos alimentos, atreladas às condições agroecológicas adequadas, a sociabilidade camponesa ou um *mundo rural vivo*,² densamente povoado; c) o acesso aos recursos terra e água, mas referenciado à ideia de serem bens comuns e devendo estar sob o controle dos trabalhadores, para que os verdadeiros fins sejam garantidos, evitando assim a desertificação, a salinização das terras e o uso indevido, mediante a especulação imobiliária e projetos de desenvolvimento rural que estimulem o acesso e a manutenção dos camponeses na terra produzindo; d) a defesa da autonomia dos camponeses para a construção do socialismo como alternativa para toda a sociedade.³

É, então, na seara da Via Campesina que a bandeira da soberania alimentar⁴ comparece como par necessário para somar forças junto à luta pela reforma agrária e autonomia dos povos e dos trabalhadores em geral, para decidirem seus projetos de sociedade. Essa *transposição* das fragmentações imperantes no tecido social, por meio dessa associação, nos põe a refletir tanto sobre o alcance da bandeira e das lutas políticas específicas empreendidas, num primeiro momento, pelos camponeses, produtores de alimentos, quanto acerca do eco desse chamamento para a sociedade em geral e, em particular, para o conjunto dos trabalhadores.

²Essa expressão está presente na maioria dos documentos e nas deliberações políticas dos congressos camponeses, bem como das entidades de apoio, como estamos podendo constatar, durante nossa pesquisa, em alguns países da Europa.

³Essas informações foram extraídas de inúmeros documentos (impressos e eletrônicos), que compõem cartilhas, documentos políticos de circulação restrita, resoluções de congressos etc.

⁴Os registros indicam que Soberania Alimentar foi uma formulação originária dos embates patrocinados pela Via Campesina, desde 1996, momento em que se discutiam novas alternativas para a produção de alimentos, num ambiente marcado pela fome e pobreza extremas. A partir desse momento, encontramos publicações e documentos oriundos de reuniões políticas e de eventos, que já têm a participação de ONG, organizações dos movimentos sociais e alguns documentos oficiais de instituições públicas, tais como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

É por isso que a centralidade do trabalho não deve estar distante da busca que empreendemos para compreender a identidade de classe do trabalho, especialmente com base no enunciado que estabelecemos, ao vincularmos reforma agrária, soberania alimentar, identidade de classe e os desdobramentos para a unificação orgânica do trabalho. Estamos pensando na direção do que Mészáros posteriormente sintetizou, em visita à Escola Nacional Florestan Fernandes,⁵ como aliança substantiva, não formal, muito bem recebida pelos dirigentes e lideranças do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e demais movimentos sociais vinculados à Via Campesina e outras agremiações sindicais e políticas.

EMERGÊNCIAS TEÓRICAS E AS CONTRADIÇÕES DA ESTRUTURA SOCIETÁRIA

Em meio a esse quadro é que temos que situar a performance da matriz energética, quer dizer, a destacada participação das fontes renováveis delimitadas como biocombustíveis,⁶ e também não podem ser entendida unilateralmente, muito menos ganhar ênfase, como no caso brasileiro, por representar percentual destacado das fontes renováveis. Esse procedimento, muito mais jornalístico e propagandístico, mascara a compreensão da equação social que lhe dá sustentação. O argumento de que o Brasil se destaca no quadro internacional, por utilizar 46.4% de energia renovável (energia hidráulica, 15.7%; produtos da cana-de-açúcar, 16%; lenha, 12.8% e outros), pouco explica sobre a estrutura social e econômica (concentração de terra, renda, capital), os procedimentos da dinâmica produtiva, as relações de trabalho, o respeito à biodiversidade etc.

⁵ Essa visita ocorreu em novembro de 2007.

⁶ A denominação biocombustível é inoportuna e conceitualmente equivocada já que não se trata de combustível da vida ou fruto dela ou para ela. Assim retiramos o efeito de *marketing* que querem atribuí-la e, mais ainda, o a isenção das mazelas sociais e ambientais que lhe estão na base produtiva (concentração da propriedade da terra, desigualdades sociais, concentração de riquezas, destrutivismo imanente do modelo de produção etc.). Daí a necessidade de substituímos esse termo por agrocombustíveis.

Da mesma forma que a comparação pura e simples entre os percentuais não esclarece o que realmente significam os 53.6% das fontes não renováveis (petróleo 36.7%, gás natural 9.3%, carvão mineral 9.3%), enquanto que a média mundial é de 80% (petróleo, 33%; o carvão, 25%; e o gás, 21%). Ainda mais porque o país é autossuficiente em petróleo e é o maior produtor mundial de etanol, podendo alcançar 26,4 bilhões de litros na safra 2007/8, concentrados à base de 92% no Centro-Sul, e São Paulo representando 65% do total nacional. Desse total, aproximadamente 4.2 bilhões de litros deverão ser exportados, sendo que somente para os Estados Unidos serão 2.5 bilhões de litros, contra os 24.6 bilhões de litros produzidos através do milho por aquele país.

É por isso que, quando se põe em questão a produção de agrocombustíveis, é necessário explicitar os desenhos da estrutura produtiva, as dinâmicas econômica, política e geográfica que lhe estão na base de sustentação e, conseqüentemente, o modelo de organização social correspondente.

Da mesma maneira que, num esforço de síntese, apostar estarmos diante da *biocivilização* talvez não garanta a defesa de que para resolver a crise alimentar é emergente que se resolva a crise social, ou seja, “colocar no centro do debate a questão social e discutir com que modelo se pretende produzir mais agrocombustíveis e mais alimentos” nos faz mudar o foco do assunto, porque o modelo de sociedade que queremos construir ou que poderia resolver a questão da produção e do consumo de alimentos e dos agrocombustíveis, requer que foquemos o homem no centro do processo. Isto é, renunciarmos à dependência a *slogans* que pouco ou quase nada acrescentam, sobretudo quando o entusiasmo com as possibilidades técnicas divide opiniões em torno da “segunda geração dos agrocombustíveis com o etanol dito celulósico [...] que irá aproveitar todos os resíduos vegetais e florestais através da celulose e de espécies arbóreas de crescimento rápido” (Sachs, 2008:1). Apesar de soar alguma chamada de atenção para a importância dos agrocombustíveis, o autor, como demonstra aglutinar interesse da intelectualidade, os entende apenas na delimitação do que já está consolidado e não aponta alternativas para outras opções de edificação da agricultura voltada para a produção de alimentos, principalmente

nos países ditos de economia dependente e com expressiva parcela da população pobre ou empobrecida.

De mais a mais, a problemática continua ausente, tanto nos pronunciamentos, quanto nas ações políticas dos governantes, são vários os aspectos centrais desse assunto, por exemplo: uma política de abastecimento capaz de beneficiar o conjunto da massa trabalhadora, de um planejamento agroecológico com prerrogativa para definir com correção os espaços produtivos adequados para os diferentes produtos agropecuários, e políticas públicas que priorizem financiamentos e subsídios para a produção e abastecimento interno para as populações pobres. Isso, sem falar no total esquecimento da questão agrária, no Brasil, da sua substituição pelas políticas de desenvolvimento (territorial) rural sustentável, ou da adoção de expedientes e de políticas públicas para o fortalecimento da agricultura familiar integrada aos esquemas integrados dominados pelo capital (agroindustrial, redes de distribuição, comercialização), em detrimento dos protagonistas que defendem a necessidade da reforma agrária, da afirmação do camponês enquanto sujeito capaz de produzir alimentos sãos, manter-se na terra e conciliar a unidade familiar com a construção de formas autônomas de produção.

Desse modo, os elementos que gravitam, em nível internacional, para os setores dominantes, independentemente da escala (internacional, continental, regional), têm a ver com a preocupação mercadológica, a ser garantida, principal e não exclusivamente, pelos bons argumentos com tonalidades diplomáticas, com potencial de convencimento junto ao FMI (Fundo Monetário Internacional), OMC (Organização Mundial do Comércio).

A título de exemplo, podemos lembrar que a vigência das políticas do Banco Mundial (BM), do FMI, da OMC, da União Européia (UE), particularmente da sua Política Agrícola Comum (PAC) e, na América, da sua congênere norte-americana *Farm Bill* (ou *Fair Act*),⁷ está amplificando o ritmo da desagregação e o desmonte da produção e da estrutura familiar camponesa, em todo o planeta⁸ e, conseqüentemente, ampliando a quantidade de famintos.

⁷ Federal Agricultural Improvement and Reform Act ou a política agrícola dos Estados Unidos da América.

⁸ Para mais detalhes sobre esse tema, ver Thomaz Júnior (2007).

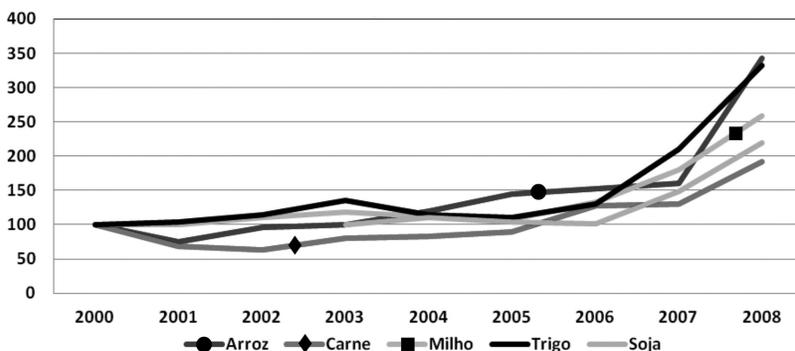
Na prática, a *nova* metodologia de repasse de recursos públicos (e não propriamente para a produção agropecuária), vinculada às políticas agrícolas europeia e norte-americana, está edificando as bases de um modelo que privilegia os grandes empresários rurais e desmonta/desmobiliza as pequenas unidades familiares camponesas. É importante ponderar que os consideráveis ganhos de produtividade da agricultura, que superaram em muitos casos a produtividade de outros setores da economia, repercutiram nos aumentos de produção e no rebaixamento dos preços agrícolas. Contudo, o papel desempenhado pelos grandes conglomerados transnacionais que se beneficiam das práticas monopolistas também influenciou diretamente na artificialização da diminuição dos preços dos produtos de origem agrícola. O caso europeu é extremamente elucidativo, pois essas ações da iniciativa privada foram potenciadas pelas prerrogativas da PAC, que exerceu sobre as dinâmicas produtivas e de circulação/distribuição, com reflexos em todo o planeta, e amparada nos dispositivos do Regime de Pagamento Único (RPU).

Esse processo, por sua vez, não deve ser observado em separado das normativas da OMC e dos arranjos encenados pelos grandes conglomerados transnacionais do setor agro-químico-alimentar-financeiro, os quais dão as cartas e se aproveitam da estratégia de rebaixamento dos preços das matérias-primas de origem agrícola até 2006, da mesma forma que se beneficiam da conjuntura de elevação dos preços, que alcança patamares mais destacados a partir do final de 2007 e se intensifica em 2008 (Gráfico 1).

Tanto numa situação como noutra, os conglomerados transnacionais e os grandes proprietários de terra na Europa, se adequam aos esquemas em vigor, e tiram proveito dos apoios públicos previstos e garantidos pela PAC e, com base nisso, impõem formatos produtivos, com ênfase nos monocultivos, nos agrocombustíveis e do ponto de vista comercial, a UE se consolida na condição de maior importadora e exportadora de produtos agropecuários.

Os analistas são contundentes a esse respeito, quando afirmam que os agrocombustíveis poderão produzir efeitos mais destrutivos sobre todos os quadrantes do planeta, particularmente sobre os preços dos alimentos básicos. Com isso, a permanência de alta dos preços do petróleo, a elevação da demanda mundial por produtos, a voracidade especulativa dos mercados futuros, a desvalorização

GRÁFICO 1
 Brasil. Preço das principais commodities (2000 a 2008)



Fonte: DIEESE, 2007 e 2008. Elaboração: Antonio Thomaz Junior.

do dólar diante das demais moedas, combinado com a diminuição dos estoques, com a produção de etanol nos Estados Unidos da América (EUA), a partir do milho, e à superestimação da importância dos agrocombustíveis, enfim, todos esses fatores continuarão a puxar os preços dos alimentos para cima.

Com isso, sobretudo, os setores da população mais vulneráveis estão confinados nos países que já são duramente atingidos por déficit alimentício e que são importadores natos de petróleo, exceção feita à Nigéria, Sudão e outros países africanos que, apesar de se enquadrarem na primeira parte da equação, são produtores e exportadores de petróleo (Carvalho, 2008:11).

Daí, portanto, as preocupações dos estrategistas do sistema, chefes de Estado⁹ que estão mobilizando milhares de toneladas de alimentos para serem distribuídos, humanitariamente, diante das turbulências desse início de 2008, em várias partes do planeta,

⁹ Como noticiado amplamente, durante as últimas semanas, os governos inglês e francês se mobilizaram para remover de seus estoques reguladores e dos armazéns dos grandes conglomerados centenas de milhares de toneladas de alimentos (grãos) para o Egito, Haiti, Filipinas. Os jornais pesquisados foram: *El País* (13/04/2008); *Le Monde Diplomatique* (12/04/2008); *Clarín* (13/04/2008); *Folha de S. Paulo* (meses de março e abril de 2008); *O Estado de S. Paulo* (meses de março e abril de 2008); *The New York Times* (11/04/2008); *The Independent* (15/04/2008).

particularmente nos países que estão sendo mais duramente atingidos pelo desmonte do capital e onde os trabalhadores e os movimentos sociais são engrossados pelas legiões de famintos, que abrigam em seu interior desempregados, informalizados e precarizados de toda sorte, como já diagnosticado pela imprensa internacional.

SUPERPRODUÇÃO DE ALIMENTOS E FOME ESTRUTURAL

Muito bem escudados nos principais veículos de formação de opinião (universo midiático), os setores hegemônicos e fiéis defensores do *status quo* tentam desfocar a atual crise, para fazer crer que a elevação dos preços dos alimentos não tem vinculação com ações especulativas. Tampouco deixam vaziar que o desabastecimento e incremento do atual patamar da fome no planeta têm qualquer vinculação com as iniciativas de produção dos combustíveis renováveis. Apenas publicizam essa iniciativa, sob o pretexto de contribuir com a diminuição do aquecimento global.

Sustentados pelo modelo de organização em grandes extensões de terras sob a regência da propriedade privada, os conglomerados transnacionais que também expropriam, subordinam e sujeitam a estrutura familiar/camponesa em todo o planeta, e por meio das mega-plantas de processamento agroindustrial controlam a produção/circulação de alimentos, também exercem controle sobre a produção de sementes reengenheiradas¹⁰ e transgênicas. O que se esquecem é de informar que, nesse quadro, há outros sujeitos, aspectos e processos que (re)definem a escala de dominação e a amplitude da destrutividade da crise atual. Antes, porém, é necessário reafirmar que a estrutura bifronte que garante o controle e o poder do capital na dinâmica dos espaços produtivos agropecuários, em nível mundial tem, de um lado, os desdobramentos da *commoditização* (cf. Oliveira, 2008) da produção de alimentos e, portanto, toda a dimensão especulativa, e por outro, em decorrência do primeiro, a produção de alimentos continua

¹⁰ A esse respeito, ver Thomaz Júnior (1994). Esse texto também foi publicado no Boletim Fluminense de Geografia, v. 1, pp. 45-74, 1996.

sendo orientada somente com o objetivo mercadológico. Isto é, se serão ou não consumidos não é o que importa, pois a regência do valor de troca subordina a utilidade e o acesso aos alimentos aos reais interesses do metabolismo do capital.

Analogamente está toda a retórica que sustenta os interesses do capital em torno da produção dos transgênicos a baixo custo, o que poderia ser repassado aos consumidores, pois os investimentos em tecnologia e os ganhos de produtividade não estão voltados para aumentar a oferta de alimentos para sanar a fome no mundo. Basta lembrar que a capacidade produtiva e a produção propriamente dita de alimentos, particularmente cereais e carnes, têm aumentado ano a ano e o número de famintos cresce com maior intensidade, conforme têm demonstrado as informações disponibilizadas pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), Organização das Nações Unidas (ONU) e Cruz Vermelha.

Há que se recolocar nos termos corretos o fato de que existe toda uma logística de produção que dá sustentação aos produtos transgênicos, que recobre todo o circuito produtivo agrícola, de bens de produção, o D1 agrícola, os diferentes segmentos processadores, e extrapola para o setor financeiro/especulativo, razão pela qual sintetizarmos em conglomerado agro-químico-industrial-financeiro.

Quando se enfatizam os números desse processo, as culturas transgênicas ou os OGM (Organismos Geneticamente Modificados) atingiram em todo o planeta 115 milhões de hectares, em 2007, ou um crescimento de 12% em relação a 2006 e de aproximadamente 70 vezes em relação à metade da década de 1990, quando ocupavam 1,7 milhão de ha, sendo que somente a soja representa quase 60% do total. Nessa equação, o Brasil ocupa a 3ª colocação no ranking, com aproximadamente 15 milhões de ha. (13%), antecedido pela Argentina, 20 milhões de ha. (17%), e liderados pelos EUA, com 60 milhões de ha, ou 50% do total (Venetti, 2008:3). Em respeito à república platina, o *filántropo* George Soros, converteu-se “en el dueño de la pampa argentina, donde 50 por ciento de las tierras arables son prácticamente de monocultivo de la soya a expensas de otros granos” (Jalife-Rahme, 2008:2).

Então, falta de alimentos e carestia se combinam, e tecem um quadro que se repete em todos os quadrantes do planeta,¹¹ sobretudo na sua parcela mais empobrecida e periférica. No Brasil, o resultado da reorganização espacial é demarcatório das disputas territoriais entre os diferentes segmentos da burguesia, especializados nos principais ramos do agronegócio (soja, milho, algodão, eucalipto, cana-de-açúcar e a pecuária de corte), capitaneados pela agrobiotecnologia, enquanto padrão de desenvolvimento agrícola, nessa viragem do século XXI, com nítida liderança da soja, eucalipto e do milho, vindo a cana-de-açúcar na quarta posição, ficando o arroz e o feijão em situação de inferioridade, com apenas 3 milhões de há, e 4.2 milhões de ha, respectivamente.

Extraímos dessas reflexões, portanto, o entendimento de que talvez não sejam os famintos que farão a revolução –em contraponto às posições que tentam de toda forma restringir o raio de ação e a importância, especialmente, dos movimentos sociais camponeses, dos desempregados, dos sem terras–, mas não podemos esquecer que a distância que separa os proletários, ou mesmo os operários, dos desempregados, dos famintos, dos delinquentes é cada vez menor.¹² À retomada desse assunto, com as atenções voltadas para a realidade norte-americana, a título ilustrativo, na interpretação de Wacquant (2001), poderíamos pensar que o aumento da

¹¹ Recentemente, assistiu-se às manifestações, no Haiti, em que os trabalhadores e população em geral se rebelaram contra as elevadas taxas de inflação, os elevados preços dos alimentos, com as ações de rua e confronto com as forças da ONU, representadas pelo Exército brasileiro. Os Chefes de Estado europeus concordaram com a declaração do presidente daquele país, quando destacou que o que está se passando no Haiti também está ocorrendo em outros países; e, numa clara exarcação bonapartista, Lula declarou, depois de se faltar no jantar junto aos chefes de Estados dos países nórdicos, que os preços dos alimentos no Brasil estão elevados, porque é sinal de que o povo mais pobre está comendo mais. Se não bastasse a desfaçatez, seria melhor que o silêncio prevalecesse, pois todos sabemos que a carestia se deve ao controle e especulação conduzidos pelos grandes grupos do setor agroalimentar, e que a própria elevação dos preços é a primeira indicação de que os pobres vão comprar menos ainda.

¹² A ONU divulgou informações, que foram disponibilizadas pela grande imprensa, no final de 2007, as quais indicavam a diminuição da idade de homens e mulheres que ingressam no rol dos trabalhadores que perdem sua inserção laboral e ingressam no rol dos famintos (*Folha de S. Paulo*, novembro de 2007).

franja social (desempregados, subempregados etc.) por conta dos rearranjos destrutivos do capital, tem sido *amenizado* com o aumento generalizado das populações carcerárias, mediante o uso crescente do sistema penal como instrumento de administração/controle da insegurança social. A criminalização da luta pela terra é talvez o exemplo mais marcante, no Brasil, da perseguição do Estado aos trabalhadores e aos movimentos sociais envolvidos nas lutas de resistência e que expressam elementos vivos da luta de classes, no século XXI.

Os desafios são ainda maiores, eximindo as impurezas do catastrofismo, porque os passos que centenas de milhares de trabalhadores vivenciam a cada ano, que os desterritorializa e os remete às diferentes experiências das inserções precarizadas no mercado de trabalho, a informalidade, o desemprego temporário e crônico, e às trincheiras da fome, não podem ser desprezados. Sem contar os que ficam, que não estão sendo capazes de detonar o processo de resistência, para deter esse massacre.

Decorre desse quadro nosso interesse em atrelar a discussão sobre o trabalho à classe trabalhadora, no mesmo ambiente da reforma agrária, da soberania alimentar, na perspectiva de classe. Disso surge uma reflexão, também central para nós, que está radicada nos significados *a priori* –não no sentido ontológico e objetivo– dos conceitos-chave que estamos abordando, o que nos remete à existência histórica e ao plano das lutas e dos enfrentamentos efetivamente travados e não ao que se espera que poderia ocorrer de forma restrita à seara sindical. Talvez algumas indagações sejam oportunas para o momento, como, por exemplo: com base na atual dinâmica do conflito, quem ameaça mais a hegemonia do capital? São os de dentro ou os de fora da classe trabalhadora?

NOVOS REFERENCIAIS, NOVOS DESAFIOS

Está claro que o capital quer garantir sob seu controle direto, não somente as relações de troca, mas toda a cadeia produtiva dos alimentos, a qual inclui a produção imediata, a distribuição, a circulação, o consumo e, em decorrência, as expressivas parcelas

da classe trabalhadora, desde os campos até os diversos setores urbanos do processamento agroindustrial.

Se não bastasse, a burguesia e os setores dominantes, com o apoio do Estado, desqualificam, desprestigiam e destroem as iniciativas de autossustento e de produção das pequenas unidades familiares, da mesma sorte que o abastecimento e a comercialização em pequenas distâncias (ciclo curto), na dimensão comunitária ou na escala regional. Dessa forma, colocam em risco iminente o direito dos povos à alimentação de qualidade e ao acesso regular aos produtos com preços justos, que cubram os custos de produção e que coíbam a prática do *dumping*.

Estamos definindo, então, os parâmetros da soberania alimentar, tendo em vista a produção, a distribuição e o consumo de alimentos com base na sustentabilidade ambiental, social e econômica: que sejam protegidos dos acordos comerciais, respeitados os aspectos culturais, os hábitos alimentares dos povos e o abastecimento dos mercados locais, de acordo com a demanda.

Entretanto, o que é imprescindível para o conjunto da sociedade e para os trabalhadores em particular, é objeto de controle de poucas empresas, que, ao seu sabor, decidem o perfil dos alimentos e redefinem hábitos alimentares aos moldes do *sabor único*, que conceituamos como *macdonaldização* (cf. Thomaz Júnior, 2005), impondo novos mecanismos para engrossar as fileiras dos famintos com a iminente destruição da estrutura produtiva familiar camponesa, em todo o planeta.

Todavia, isso se dá com mais intensidade nas periferias do sistema, alargando os 70% de pobres que vivem nos campos, à monta de 3,2 bilhões de pessoas, das quais somente 2% têm acesso às máquinas e implementos, enquanto a maioria, como já vimos (75%), 2,4 bilhões, lavra a terra com as próprias mãos. Segundo a FAO, por meio de estudos recentes,¹³ sabe-se que há no mundo aproximadamente um bilhão de pessoas que são acometidas por desnutrição crônica, das quais 75% vivem na zona rural, dos quais 220 milhões estão na África Subsaariana.

¹³ Informações disponibilizadas no *site* e divulgadas amplamente nos meios midiáticos.

O BM (2008), também com base em estudos e projeções, tem divulgado que o espaço rural é o principal *locus* da pobreza, superando significativamente essa mazela encontrada nos espaços urbanos. Mesmo havendo certa distância entre a obtenção das informações, o período de análise (1993-2002) e sua divulgação (2008), é possível se correlacionar a intensidade da geografia da pobreza no mundo, nessa viragem do século XXI, por meio dos ganhos obtidos. Desse modo, quando se considera a faixa de ganho de até US\$1/dia, depreende-se que Ásia Meridional, África Subsaariana e América Latina, tanto no rural quanto no urbano, conhecem os maiores patamares da pobreza mundial no período indicado, com o agravante de estarem em ascensão. Nessa ordem, dos aproximadamente 390 milhões de pessoas em 1993 para 400 milhões em 2002, na Ásia Meridional, representam a dimensão da pobreza rural, enquanto para o tecido urbano, os números atingem aproximadamente 110 milhões em 1993 e 120 milhões em 2002.

É o caso de ponderarmos, considerando os principais pesquisadores e estudiosos sobre fome, desnutrição, pobreza, que o problema da fome não se deve exclusivamente à pouca disponibilidade de alimentos, mas ao elevado patamar de pobreza da população, que pode ser agravado por tantos outros elementos, tais como ausência de políticas públicas, dificuldade de acesso a financiamentos, preços mínimos, desertificação e salinização das terras, secas prolongadas, enchentes, concentração fundiária etc. A esse respeito, os indicadores mostram que, enquanto a população mundial em 1975 era de 3.7 bilhões de pessoas e em 2005, 6.4 bilhões de pessoas, a produção agrícola, no mesmo período, foi respectivamente de 1.2 bilhões de toneladas e 2.2 bilhões de toneladas, a produtividade média saltou de 1.76 t/ha para 3.26 t/ha, sendo que ao mesmo tempo a área cultivada diminuiu, ou seja, de 695 milhões de hectares foi para 682 milhões de hectares e o número de famintos aumentou significativamente, como vimos.

A fome, definitivamente, está associada ao elevado patamar de pobreza da população, isto é, à renda, à capacidade de consumo. Hoffmann (1994), ao constatar esse processo no Brasil, advertiu, enfaticamente, que as políticas de combate à fome deveriam ter como referência o fortalecimento dos direitos dos pobres. O autor quer dizer que o problema da fome não é, primordialmente, uma questão de oferta, mas, essencialmente, de demanda, tendo em vista

a enorme desigualdade existente e a consequente marginalização e pobreza de grande parte da população.

A atualidade desse tema reflete o modelo de produção que caracteriza o agronegócio. Fundado no desrespeito à biodiversidade, na destruição do meio ambiente, na deturpação dos preços, mediatizada pelos mecanismos especulativos e concentracionistas, na sabotagem das políticas de reforma agrária, o que se tem em consequência não somente a intensificação dos indicadores sociais abordados anteriormente, mas, simultaneamente, a desmobilização da sociedade, dos trabalhadores, dos movimentos sociais, como forma de eliminar os focos de resistência. É nessa órbita que inserimos a soberania alimentar, assim como a reforma agrária, como elementos centrais para a reflexão/construção de um projeto de sociedade emancipada do capital.

A soberania alimentar também tem, em sua definição, os desafios de viabilizar ações práticas para enfrentar a fome, a pobreza e a miséria, não na perspectiva da segurança alimentar que pressupõe, via de regra, alternativas mercadológicas e manutenção de estoques reguladores para fazer o *jogo* do mercado, mas para resolver a chaga da fome. Estamos, pois, diante da *insegurança alimentar* e dos pressupostos que fundam os alicerces das mazelas e endemias sociais, as quais atingem cada vez mais as populações desempregadas, desterradas, empobrecidas e famintas.¹⁴ Assim, biodiversidade e soberania alimentar compõem-se em única articulação que também contém em seu interior a diversidade cultural (cf. Guterres, 2006), portanto o modo de produzir, consumir são intrínsecos às opções do modelo de organização social. Fato é que todo esse emaranhado de situações reflete o processo geral de “desenvolvimento sociometabólico” do capital, como afirma Mézáros (2002).

¹⁴ A esse respeito, acessar a entrevista concedida pelo técnico da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), Fernando Ferreira Carneiro, à Agência Brasil. Segundo ele, a realidade dos trabalhadores rurais é mais dramática para os boias-frias, numa escala de comparação com assentados, acampados e desempregados urbanos. Apesar de não abranger amostra com representatividade para a complexidade que o assunto recobre, em termos de Brasil, é possível fazermos algumas correlações [<http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2007/04/05/materia.2007-04-05.9727091258/view>], acesso em: 03 mar. 2008.

Em termos gerais, o significado que apontamos para a reforma agrária está afinado à tomada de posição, no interior da classe trabalhadora, o que vem se somar à soberania alimentar, apesar de não ser esse o roteiro predominante das instâncias de organização dos trabalhadores rurais e urbanos (sindicatos, cooperativas, associações e movimentos sociais).

É, então, na dimensão concreta da construção da autonomia da classe trabalhadora, que cabe a decisão do que produzir, onde, como, em que quantidade, com qual qualidade etc. Ou seja, a necessidade da alimentação requer que pensemos na produção e, desse modo, no esquema, na forma e na estrutura de produção, bem como nos objetivos e nos pressupostos para produzir e consumir com base nas reais necessidades dos consumidores, na qualidade dos produtos e no abastecimento de mercados consumidores próximos às áreas de produção. Estamos tratando de construções sociais, de alternativas de edificação de projeto de sociedade, de emancipação do trabalho e da classe trabalhadora.

Eis um expediente interessante para colocarmos em discussão – a soberania alimentar dos povos como uma bandeira de todos os trabalhadores e trabalhadoras, ou, em essência, uma questão de classe, pois os camponeses têm a ilusão de que devem produzir para o mercado mundial, quando poderiam produzir para satisfazer suas próprias necessidades e abastecer os mercados locais.

Por sua vez, os demais trabalhadores acreditam que vivenciar um mundo globalizado requer a aceitação da prevalência da eficiência somente para aqueles que conseguem se manter no ambiente da concorrência e na amplitude dos grandes conglomerados, das grandes plantas de supermercados etc. Seria responsável, de nossa parte, adiantar o fato de que o mercado internacional existe em função dos excedentes e está controlado pelos grandes conglomerados empresariais, em detrimento da produção camponesa familiar.

Assim, mesmo admitindo que a luta pela terra e pela reforma agrária e a soberania alimentar não são entendidas como um fim em si mesmas, as ações desencadeadas nessa direção têm catalisado diversos segmentos da classe trabalhadora, sobretudo nos países latino-americanos e europeus, principalmente onde a Via Campesina tem atuado de forma mais contundente desde esse prisma. Mas, é importante assinalar que, no Brasil, esse assunto

apenas dá os primeiros passos e se faz presente ainda de forma secundária, nas discussões e debates, no âmbito dos movimentos sociais e das atividades específicas dos trabalhadores.

Os resultados alcançados na Guatemala, Equador, Nicarágua, México e em alguns países europeus, como Espanha, Portugal, Itália e algumas regiões da França, têm demonstrado a amplitude que esse processo já começa a evidenciar nas reivindicações próprias do campesinato (cf. Via Campesina, 2004). Ou seja, o somatório de forças e a *plasmagem* de interesses solidários fazem transparecer a garantia das terras de trabalho para os camponeses e de “um mundo rural vivo”, garantia de abastecimento de produtos sanos e vinculados a uma malha espacial de pequena abrangência ou de proximidade entre produção e consumo. Essas experiências deixam clara a força dos movimentos sociais, cujos enfrentamentos convergem para o eixo central do conflito social, de classe e, portanto, político-ideológico.

Ou, ainda, se nos distanciássemos de focá-las sob os referenciais da crítica construtiva, em que medida estaríamos compreendendo como se espacializam os movimentos sociais na conjuntura das lutas e nas disputas territoriais, ora pautadas em princípios táticos mais críticos, ora mais afeitas às negociações e acordos, ora mais independentes das políticas públicas e oficiais?

É o caso de recorrermos à conjuntura de 2005, 2006 e 2007, para ponderar a respeito da mobilização consciente das bases, em especial diante das idas e vindas do MST (*bate e assopra*)¹⁵ e do quadro de alianças políticas que compõem o arco de sustentação

¹⁵ Estamos nos referindo à postura *flexível* do MST, diante das ações do governo Lula (aspectos diversos que não se resumem à temática da terra), que ora está mais próxima da defesa das postulações, ora se manifesta com ressalvas críticas, ora se posiciona contrariamente. Nada mais razoável de se esperar de um movimento social participativo; contudo, o que está em questão é a afinação orquestrada dessas mudanças de posturas, as quais, por sua vez, são diferenciadas para as instâncias e escalões do governo, a começar pelo próprio Presidente da República, que é poupado, enquanto alguns de seus ministros são alvos preferidos das críticas mais contundentes, especialmente no que se refere à política econômica, que privilegia o pagamento da dívida externa, em detrimento de políticas sociais capazes de atacar os problemas mais candentes da grande maioria dos trabalhadores, como emprego, moradia, transporte público etc.

do governo Lula, agravadas com as denúncias de corrupção dentro do governo e na cúpula dirigente do Partido dos Trabalhadores (PT), *avassalando* amplos segmentos da “esquerda”, no Brasil.

Em outros termos, a política sistemática de reivindicação e o protesto, apesar de conterem valioso significado político para o conjunto dos trabalhadores envolvidos na luta pela terra e para os demais, empolgam sobremaneira a burocracia dirigente dos movimentos sociais (fardo que não escapa ao MST), pois estabelecem um limite de relacionamento junto aos governos, que indica até um jeito de manter os fluxos de interesses.

Com isso, reforçamos a estimativa de que não devemos assumir *a priori* a avaliação defendida pelos dirigentes e lideranças dos movimentos sociais envolvidos na luta pela terra e pela reforma agrária, sem antes correlacionar a dinâmica geográfica do tecido social do trabalho (ou suas mudanças constantes de significados e conteúdos espaciais e territoriais), os conteúdos políticos das principais bandeiras de luta e as contradições que regem esse processo, na sua totalidade.

Na última década, ao redor do *vazio* da reforma agrária, temos a consolidação de um modelo de gestão voltado ao atendimento dos interesses dos órgãos de fomento e gestão do grande capital (OMC, FMI, BM), que, de forma orquestrada, banalizam a reforma agrária, protagonizando a Reforma Agrária de Mercado.¹⁶ Esse modelo destrutivo das lutas de resistência, coleciona diversos contra-exemplos em vários países da América Latina, África, Ásia e o Brasil, em particular, desde o período FHC (Fernando Henrique Cardoso) e agora reforçado com Lula, mediante o Crédito Fundiário,

¹⁶ Temos nos dedicado a esse assunto, e os resultados disponibilizados por Montenegro Gómez (2006), mediante a conclusão da sua Tese de Doutorado, nos remetem às vinculações do processo em andamento, no âmbito da questão da terra no Brasil, no governo Lula, entre os interesses de Estado e o grande capital; portanto, não somente ações que normalmente são minimizadas no conjunto das políticas de governo. Os estudos de Sauer (2003; 2006) e Pereira (2005a; 2005b; 2006) são muito importantes para vislumbrarmos não somente os desdobramentos internos e, particularmente, aos movimentos sociais, mas também a amplitude internacional e os impactos e desafios para as organizações sociais locais e regionais, que estão diretamente ligadas ao assunto, e a Via Campesina, que representa em seu arco de atuação 65 entidades de organização camponesas espalhadas por 70 países.

vivencia exemplos que negam a autonomia, o alcance social e o favorecimento da pequena unidade familiar/camponesa. A fixação das famílias na terra, associadas às políticas de apoio à produção e comercialização em circuitos restritos ao consumo em pequenas distâncias, é totalmente negligenciada pelas políticas oficiais.

As práticas e resultados obtidos pelo BM e os Estados que se propõem consolidar suas estratégias de *concertação* de classe estão desmobilizando possíveis ações públicas favoráveis aos trabalhadores, mais especialmente os movimentos sociais que resistem e promovem ações para fazer avançar a luta, nesse particular, como também para chamar a atenção do conjunto da sociedade.

Temos notado as ações concretas por parte dos movimentos sociais, ao mesmo tempo em que nossa participação junto às atividades preparatórias e debates políticos sobre o tema nos têm adiantado o quanto esse assunto é reservado aos movimentos sociais. Quer dizer, resistir ao destrutivismo do BM e seus asseclas não se resume a discursos e manifestações de boas intenções. O que se pensava de um governo eleito massivamente com o apoio popular e *virtualmente* vinculado, historicamente, à bandeira da reforma agrária, não se concretizou.

A isso se somam ineficiência, inoperância e conivência do Estado ao projeto de dominação do grande capital, em detrimento de um projeto de reforma agrária de interesse dos trabalhadores, e capaz de atacar o núcleo central do poder de classe, assentado na concentração da propriedade fundiária. Por sua vez, isso não se restringe aos proprietários de terra tradicionais, estendendo-se aos representantes de outras fatias da burguesia, as quais são igualmente grandes proprietários de terra, tais como os representantes da indústria (automobilística, processamento de minérios), banqueiros, proprietários de *shopping centers* e redes de supermercados etc.

Há, por outro lado, experiências que tentam ultrapassar as blindagens oficiais do sistema de troca e atuar diretamente entre produtores e círculos de consumidores, que têm obtido resultados elogiados na Europa, mas que não superam a estrutura desigual do mercado.

EMERGÊNCIAS TEÓRICAS

Entendemos que não seria o caso de recuperarmos, aqui, todo o percurso da crítica da economia política empreendida por Marx, fundamentalmente em sua obra seminal *O Capital*, tampouco de ampliarmos os horizontes para autores que estão defendendo posicionamentos para fora do empreendimento de superação das amarras do capital.

Todavia, é imprescindível, para os nossos objetivos, enfatizarmos a engenhosa elaboração crítica de Marx sobre o movimento contraditório da acumulação de capital¹⁷ e as vinculações e desdobramentos para a organização dos trabalhadores e construção do socialismo. Entendê-lo, decifrá-lo e manter o diálogo frequente com os demais interlocutores e correntes marxistas que apostaram nas formulações marxianas, não como texto sagrado, é o caminho que estamos percorrendo para fundamentar a crítica radical ao capital. Agimos assim, contrariando aqueles que engessaram a riqueza do corpo teórico, negando-lhe a possibilidade de estabelecer trocas e interações com as novas inspirações advindas das realidades históricas dos embates de classe, promovendo, na prática, a *degeneração doutrinal* (cf. Luxemburgo, 1976).

Ao contrário do que a ideologia do progresso e do desenvolvimentismo e tantas outras afinadas aos preceitos do capital apregoam, em vez de uma relação produtiva entre sujeito-objeto, o metabolismo do capital submete tudo e todos à lógica destrutiva. Tem-se, portanto, uma massa cada vez maior e mais necessária de produtos e mercadorias que correspondem à necessidade da expansão desse capital produtivo, adicionada a uma crescente diminuição de postos de trabalho e do próprio trabalho, produtor de valor. Ao mesmo tempo em que o trabalho humano (e sua condição natural de geração de valores) é o fundamento da existência do capital, contraditoriamente, o próprio capital é poderoso instrumento de (des)realização do trabalho.

¹⁷ Apesar de ter iniciado reflexões sobre o problema da acumulação do capital global, não conseguiu concluir esse texto, mas ficou para seus discípulos essa tarefa. Rosa Luxemburgo é portadora de formulações muito instigantes a esse respeito.

É nesse ambiente de intensa destrutividade que os trabalhadores vivenciam situações diversas e extremas de proletarização, sob ampla e diversa trama de relações formais e informais de trabalho. É por onde também se combinam diferentes formas laborativas e de remuneração (desvinculadas das nomenclaturas formais existentes), intercambiadas em curtos períodos de tempo (devido à elevada rotatividade), o que vai desdobrar em formatos também diferenciados de lutas de resistência, e de plataformas de luta e ações políticas.

Por outro lado, a abrangência destrutiva desse processo de extensão da lei do valor para o tecido social, outra consequência visível, porém não absolutizada, é a dissolução das comunidades e sociedades que produzem em conformidade com o valor de uso (concreto) ou ao autoconsumo, como é o caso do campesinato, indígenas, comunidades tribais, posseiros etc. Para alguns, a evidência desse processo seria a redenção do atraso (cf. Hobsbawm, 2002), porém, ao mesmo tempo em que esse processo se territorializa e se registra, contraditoriamente às ações de luta, de resistência, de dissolução, cooptação dos trabalhadores, tem-se também o incremento dessas formas de vida e de trabalho, por parte daqueles que são desmobilizados da *formalidade proletária* que vivenciavam nas cidades e nos campos, particularmente, no caso do Brasil, com as ocupações de terra, os assentamentos rurais. Como já apontamos anteriormente, não se registra, tampouco, estamos diante de um processo geográfico de desurbanização, mas é importante que afirmemos que não dá para continuarmos imóveis diante desses processos que impactam dura e profundamente a classe trabalhadora, e que redefinem os significados do ser que trabalha e todo o movimento contraditório e destrutivo de redefinição profissional e de sua forma de pensar e agir coletivamente.

É claro que se refaz, cotidianamente, a plasticidade das diferentes formas de expressão do trabalho humano, e é nesse horizonte que entendemos se fazer necessário ampliar e alargar os significados, tanto de trabalho (como categoria marxiana) quanto da classe trabalhadora.

Esse intento nos põe alertas e perseverantes, porque a resistência a qualquer incremento ou *atualização* na formulação original marxiana é muito marcante para alguns autores, predominando o sentimento de deformação da teoria.

Lessa (2005) delimita *resistência* a qualquer elemento novo nos pressupostos teóricos, quando nega a necessidade da ampliação do significado de trabalho e de classe trabalhadora, asseverando que o proletariado não se dissolveu nos trabalhadores, para se contrapor aos posicionamentos daqueles que protagonizam essa tese, particularmente quando argumentam que não há mais o antagonismo da época de Marx, entre proletariado e burguesia, mas sim uma contraposição mais global entre trabalho e capital.¹⁸

A esse respeito, Bernardo (1997) pondera que o *desaparecimento da classe operária* corresponde a uma expansão sem precedentes da classe trabalhadora. Essa ideia é muito estimuladora para elaborarmos o caminho teórico que estamos trilhando, no entanto o que nos move não é apresentar uma proposta ou uma alternativa, pois isso nos escapa, mas sim apresentar questionamentos e dificuldades para se entender a dinâmica geográfica do trabalho, nesse início do século XXI.

É cada vez mais difícil afirmar e sustentar empírica e teoricamente que o proletariado é a única classe da sociedade burguesa que continua produzindo o conteúdo material da riqueza, através da transformação da natureza, com fins à reprodução social e, portanto, portadora exclusiva do significado da revolução. Se não bastasse, a crítica de Lessa (2005) à anulação do fundamento ontológico das classes sociais, motivado pela “ampliação” da categoria marxiana de trabalho, poderia fechar as portas definitivamente para qualquer enunciado que não estivesse prescrito nas teses originais.

Entretanto, sem que isso neutralize nossa posição em relação à emancipação da classe trabalhadora, em decorrência, não definiria se nosso apontamento está mais propenso à reforma em detrimento da revolução ou que estaríamos fundindo as duas vertentes.

Nesse sentido, ao se restringirem os problemas que conferem as diferentes realidades para os trabalhadores, em geral às determinações econômicas, se estará retirando importância das demais faces das formações sociais e que contemplam os aspectos

¹⁸ Em sua crítica, o autor inclui Ricardo Antunes, Demeval Saviani, Antonio Negri, Maurício Lazzarato, autores com filiações distintas no âmbito do marxismo, mas que, em algum momento, atentaram para a necessidade de uma revisão crítica em relação ao tratamento da realidade social contemporânea.

psicológicos, culturais, simbólicos, étnicos, antropológicos, sociais, migratórios, religiosos etc.

É nessa urdidura que compreendemos as contradições e a síntese das múltiplas determinações da totalidade expressa no conceito de classe trabalhadora, sobre o qual intentamos refletir, com base nas diversas dimensões do contexto social do trabalho, com destaque, pois, para o papel da *experiência*, aos moldes da formulação de Thompson (1997), na compreensão das contradições do processo histórico.

O fato de o trabalho manual direto estar sendo substituído crescentemente pelo trabalho intelectual ou de maior componente intelectual está apontando que o universo do trabalho passa por redefinições e se complexifica.

É assim que observamos uma maior interação entre as atividades e os trabalhos produtivos que representam o processo de criação de mais-valia e da valorização do capital –e que, todavia, não se restringem às atividades industriais ou à espacialidade da fábrica– com as atividades e trabalhos improdutivos, que, em vários países, já expressam mais da metade da população ativa, como é o caso dos EUA, com 55.0% (cf. Gorz, 2003), e o Brasil, com taxa semelhante. Tal situação identifica o novo nexos entre atividades laborativas e de concepção, que marcam em essência o contexto da reestruturação produtiva do capital (cf. Antunes, 2005; Alves, 2008).

Estes são, por consequência, os elementos centrais das mutações que redefinem constante e intensamente o trabalho e as formas de uso, organização e controle do território pelo capital, que, por sua vez, redimensionam o sentido e a amplitude dos conflitos sociais, da luta de classes e da fragmentação da práxis social do trabalho, no mundo contemporâneo.

A diminuição crescente e marcante do proletariado estável, especialmente nos países centrais do sistema, o aumento expressivo das formas assemelhadas de trabalho precário, bem como o aumento das formas imateriais de trabalho, com o avanço do complexo informacional para as plantas fabris, atividades de serviços e todos os setores laborativos, nos indicam que o valor do trabalho se metamorfoseia. Todavia, materializa sua existência na própria centralidade do trabalho abstrato, o qual, ao mesmo tempo, produz sua não centralidade, principalmente quando consideramos os altos índices de desemprego e a massa de excluídos do trabalho

vivo. Isto é, temos que estar atentos para a dialética entre a centralidade do trabalho e o seu descentramento, como parte constitutiva do processo contraditório da sociedade do capital, ou seja, se nos valermos das aparências e dos posicionamentos eurocentristas, ou dos autores que focam a Europa como centro da realidade do trabalho, fugiremos da compreensão da ebulição contemporânea do universo do trabalho.

Mais ainda, se assim procedêssemos, nos escaparíamos à compreensão os rearranjos em marcha, em nível internacional, de todo o complexo que envolve a lavra humana, expressando-se por meio de diferentes relações (subordinação, dominação, sujeição, exploração) e as contradições reavivadas no âmbito da lei do valor, que a organiza e a regula.

Disso depreendemos que a classe trabalhadora se apresenta multifacética internamente, e diferenciada em frações e segmentos, o que dificulta ainda mais a constituição de uma consciência de classe para si. Isso se acentua ainda mais, quando, na teoria (no âmbito da elaboração), não se fundamentam os posicionamentos com base nos rearranjos em marcha e os vínculos dialéticos e contraditórios com o processo social mais geral.

A raiz desse processo está sediada nos rearranjos do metabolismo do capital em escala mundial, e seus efeitos se espalham para os campos e para as cidades. Os reordenamentos daí decorrentes, desde o final dos anos 1980, orientam novas linhas de expressão do conflito social, não se limitando ao formato clássico capital x trabalho, como entendido pelas correntes marxistas ortodoxas, porém envolvendo outras formas de configuração da dominação/controlado de classe, que implicam novos procedimentos e olhares sobre as delimitações clássicas do que é trabalhar no campo (assalariado, camponês, agregado) e do que é trabalhar na cidade (assalariados, por conta própria, informais), sob distintas relações sociais de produção e de trabalho.

As contradições do processo social que revelam a hegemonia das grandes corporações transnacionais, do capital financeiro, dos processos de concentração, de centralização de capitais, conseqüentemente, da globalização capitalista e das formas concretas de expressão da luta de classes, ocupam pesquisadores, estrategistas, trabalhadores, setores da burguesia e dos Estados

nacionais, num intento virtuoso para a busca de soluções para a equação capitalista.

A esse respeito, a financeirização da economia trouxe como decorrência a intensificação da centralização do capital, viabilizada por um processo em via de mão dupla –nacional e internacional–, “que resulta de fusões e aquisições orquestradas pelos investidores financeiros e seus conselhos” (Chesnais, 1996:79). De mais a mais, os grupos industriais devem ser gerenciados consoantes os referenciais financeiros, satisfazendo os objetivos de rentabilidade de curto prazo dos gestores de fundos especulativos.

Além disso, se não levarmos em conta as diferentes formas de expressão do trabalho que ultrapassam as demarcações preconcebidas, seja nos campos, seja nas cidades, não nos será possível compreender os fenômenos que estão na base das mudanças da estrutura de classe, tampouco os *novos* enfrentamentos e desafios para a construção de referenciais anticapital, ou a espacialidade dos *novos* territórios em conflito.

Nesse sentido, se ficarmos presos às determinações do trabalho estranhado e dos códigos de leis que espelham a divisão técnica do trabalho, no plano organizativo/institucional, tal como a representação/organização sindical e os desdobramentos para as demais formas organizativas dos movimentos sociais, não estaremos acrescentando contribuições ao debate. Vale notar, nessa linha, que há uma pequenez teórica ao se definir que o movimento operário no Brasil é hoje composto, além dos setores tradicionais do proletariado urbano e rural, por frações subproletárias (diaristas, domiciliários, camelôs, autônomos, temporários), servindo também para os trabalhadores rurais (arrendatários, parceiros, camponeses pobres).

A questão que apresentamos não é de natureza semântica, mas sim teórico-conceitual, ideológica, política. Ou seja, o que se denomina como subproletário ou semiproletário, no contexto em que se atribuem as denominações que escapam da formulação clássica de proletário, contém quais elementos explicativos de agora? A realidade atual do trabalho pode ser entendida a partir desses referenciais?

Essa conceituação dificulta ainda mais a possibilidade de se repor, na seara da classe trabalhadora, as identidades de classe dos trabalhadores denominados subproletários. Se, na maior parte dos

casos, tanto no Brasil, quanto em outros países, como diagnosticam as pesquisas (cf. Otero, 2004; Rosset, 2006; Mazoyer, 2003), eles estão envolvidos em geral nas lutas preponderantemente típicas dos camponeses, mas também, em menor número, dos proletários. Nesta condição, encontram-se fora das instâncias tradicionais de organização e de luta (os sindicatos, as centrais), ao vivenciarem suas identidades alteradas (fetichizadas), e quanto mais se repetem ao longo do tempo, maiores dificuldades têm para se reconhecerem no contexto societário. Mas, talvez o mais importante não seja definir *a priori* as denominações e as nomenclaturas, mas apreendermos os papéis sociais assumidos no processo social de produção e a vitalidade da resistência do trabalho, tanto os proletários (operários típicos, improdutivos), quanto camponeses, informalizados, esses já atingidos mais intensamente pelo capital, e suas visões de futuro, ancoradas na superação do capitalismo.

Como já apontamos, tamanhas são as fissuras que gravitam nas avaliações teóricas de cientistas, dirigentes sindicais, políticos, que blindam a plasticidade existente entre as diferentes formas de realização laborativa do trabalho, restritas, pois, aos marcos da divisão técnica do trabalho e de todo o edifício regulatório dos códigos de leis e à categorização dos sindicatos e federações.

O que queremos enfatizar é que pouco ou quase nada nos possibilita ganhar em compreensão, diante desse cenário de intensa precarização, o qual atacou fortemente o núcleo central do operariado industrial, o apego às formulações teóricas que não dão conta de explicar a fluidez que ocorre no âmbito do trabalho e que redefine com intensidade e amplitude seus sentidos e significados, no tempo e no espaço do século XXI.

EMBATES E DEBATES

Vale notar que a polêmica em torno da importância da propriedade privada da terra para os camponeses, no Brasil, tem elevado as divergências aos sintomas mais superficiais do processo social e a envolver a luta de resistência e a transição ao socialismo. Quer dizer, o fato de a propriedade individual da terra ser entendida, em si mesma, como uma bandeira reformista ou uma prática burguesa, que *oxigena os pilares de sustentação do sistema*, as lutas camponesas

são enquadradas nos limites do capitalismo, por conseguinte, uma fronteira ideológica para o socialismo.¹⁹

A esse respeito, é ilustrativo o posicionamento de Oliveira (2000), quando discute as contratendências, em andamento, no Brasil, no âmbito da esquerda, no início de 2000, e põe em cena o MST, para dizer que esse movimento lança, na prática, sua radicalidade, quando realiza a “fusão entre o operariado rural e os pequenos empresários despojados”. Mais ainda, “a radicalidade do MST é dada, um tanto paradoxalmente, pela sua ala de ‘proprietários’ com o programa da propriedade da terra de forma ampla” (Oliveira, 2000:20).

É importante registrar que há uma confusão no tratamento desse assunto, visto que se colocam no mesmo plano os bens de uso pessoal/coletivo, dos quais, no caso, os camponeses desfrutam sozinhos ou com a família, e os meios necessários para o acionamento da máquina produtiva (terra, imóveis, fábricas, infra-estruturas etc.), oriundos da apropriação privada do todo ou de parte do trabalho social. Deve-se salientar, ainda, que um dos principais resultados da ampliação da desregulamentação e da privatização, postos em prática nos últimos vinte e cinco anos, é o aumento da esfera da propriedade privada.

Assim, uma *inocente* confusão pode camuflar o ordenamento da escalada da dominação de classe, tanto objetiva quanto ideologicamente, uma vez que a posse de uma habitação ou de um lote de terra, para o trabalho à base familiar e para sua reprodução social, não pode ser tratada no mesmo plano da propriedade privada dos meios de produção, produto da extração de trabalho não pago, ou dos frutos do trabalho de inúmeros proletários, ou outras formas de relação de trabalho consorciadas. Isso, então, deixa transparecer que o modo capitalista de propriedade sob a qual se materializa a dominação de classe da burguesia sobre o

¹⁹ Posicionamento que se faz presente nos ambientes acadêmicos e dos partidos progressistas. Esboçamos uma tentativa de fidelidade aos pontos de vista tomados como críticos e que, em alguns casos, chamam para si a consigna de radicais e filiados aos fundamentos originais de Marx. Bertero (2006), fiel aos referenciais leninistas e engelsianos, vai mais longe quando evoca o ímpeto da manutenção de um capitalismo de pequenos proprietários, “o que cria uma massa conservadora, adversária do progresso social e do socialismo científico e revolucionário” (Bertero, 2006:171).

trabalho pode apresentar-se como a condição e fruto da liberdade pessoal (Bihar, 1998).

Depreende-se, por conseguinte, que a propriedade da terra, antes de tudo, é uma relação social: efetivamente, não tem um sentido somente mercadológico, mas pressupõe uma relação de complexo conteúdo contraditório, porque envolve, a um só tempo, trocas, mediações, contradições, articulações, conflitos, movimento, transformação (cf. Martins, 1981:169).

Por essa lógica, é discutível o estigma atribuído ao campesinato, que assinala o vínculo entre a propriedade individual da terra e o trabalho familiar como elemento que o liga ao passado e, portanto, que deve ser negado, porque não contém os aspectos da modernidade e tampouco se pode aspirar a esse intento como alternativa à sociedade do capital. Está subjacente a essa avaliação a defesa da propriedade coletiva da terra, sendo, pois, condição para a consciência coletiva dos camponeses, nos moldes dos atributos existentes para os operários da indústria.

Nesse aspecto, pudemos conhecer, em detalhes, o caso dos trabalhadores que estão viabilizando a experiência do Sindicato de los Obreros del Campo (SOC),²⁰ na Andaluzia (Espanha), mais especificamente no município de Marinaleda, na província de Sevilha.²¹ Desde o final dos anos 1970, caracteriza-se pela ocupação de latifúndios improdutivos, luta pela terra e pela reforma agrária, sendo que o eixo de ação está direcionado para a organização cooperativada da produção agrária, vinculada à Cooperativa Humar-Marinaleda, que também abarca a produção/beneficiamento industrial, com base na propriedade pública e

²⁰ Martín Martín (2006), em “Los jornaleros hablan de la lucha por la tierra en el sur de la España del siglo XXI”, apresenta ideias interessantes sobre a experiência do SOC, na Andaluzia. Ver também González de Molina (2000), “La historia de Andalucía, A Debate I. Campesinos y Jornaleros”.

²¹ Pudemos acompanhar esse caso muito de perto, por conta da pesquisa de campo que realizamos como parte do Projeto de Pesquisa “Reestruturação Produtiva do Capital no Campo e os Desafios para o Trabalho”, financiado pelo CNPq, em nível de Pós-Doutorado, no período de outubro de 2004 a setembro de 2005. Para mais detalhes, ver: Relatório de Pesquisa CNPq/Pós-Doutorado, “Reestruturação Produtiva do Capital no Campo e os Desafios para o Trabalho”. Santiago de Compostela, 2005; Thomaz Júnior (2007c).

coletiva da terra. Somam-se a esses princípios a indivisibilidade da terra, sendo, pois, os elementos fundantes para o fortalecimento dos trabalhadores diante da “força impiedosa do mercado”,²² em busca do socialismo.

Isso se situa muito próximo da tese fundamentada por Lênin e Engels, de que a propriedade coletiva da terra é a solução para a sobrevivência do campesinato no capitalismo, nesse caso, em particular, a condição camponesa é substituída pela situação do “operário” rural, já que a identidade da família, na terra, é pulverizada pelas demandas das melhores condições de trabalho, e de vida, na cidade, mas está entrecruzada por questões específicas da condição camponesa, tais como reforma agrária, acesso a terra, condições e requerimentos para produzir etc.

Ainda no universo da organização política do SOC, têm-se as lutas específicas dos trabalhadores, sobretudo migrantes originários do Norte da África, vinculados à produção hortifrutícola nos *invernaderos* (estufas), localizados na Andaluzia, voltada prioritariamente para abastecer o mercado consumidor Norte Europeu. Constatamos que esse é um dos aspectos mais marcantes do quadro de extrema desigualdade social na Europa. Na verdade, trata-se da escorchante concentração da terra e de riquezas, que orchestra a pilhagem de milhares de trabalhadores que vivenciam estágios mais agudos de barbárie, em seus países de origem, no norte da África, e que são obrigados a migrarem e se submeterem aos mecanismos de superexploração e de formas assemelhadas de trabalho escravo.

Entre duas realidades do trabalho aparentemente desconectadas, Espanha e Brasil, o que podemos notar é que as relações que fundam e dão protagonismo aos trabalhadores envolvidos nos *invernaderos*, evidenciam processos semelhantes que vimos estudando sobre o trabalho inserido na agroindústria canavieira no Brasil, pois nos tem mostrado que a migração além de evidenciar variados casos de desterritorialização do trabalho – produto ou não da expropriação dos camponeses – consagra a crescente fragilização das instâncias de organização política, tais como os sindicatos, as

²² Depoimento de Juan Manuel Sanchez Gordillo, membro da direção da cooperativa, alcaide de Marinaleda e da direção do SOC e BIA.

cooperativas, os movimentos sociais etc. É o mesmo que dizermos que a constante migração do trabalho para o capital também expressa as contradições e as fissuras do sistema social que edifica a constante reinserção dos trabalhadores nos processos produtivos no campo e na cidade e, conseqüentemente, a reorganização das formas de resistência dos trabalhadores.

São os caminhos diferentes e as experiências, as quais explicitam, que nos vão permitir refletir sobre a realidade, pela via do trabalho, em lugar de nos “escondermos” e nos protegermos por trás de afirmações desvinculadas da práxis política com que os trabalhadores e os movimentos sociais estão construindo e requalificando a Geografia do trabalho, no planeta.

É o entendimento das diferentes experiências de resistência, de organização e da plasticidade constantemente refeita que nos possibilitará conhecer o enraizamento e o sentido revolucionário do trabalho, e não as definições preconcebidas, forjadas e distantes da centralidade do conflito de classe e do processo social que lhe dá sustentação. Nossa tarefa é continuar a nos dedicarmos criticamente aos aprendizados acumulados pelo SOC, na Espanha, do MST e demais movimentos sociais, no Brasil, e no mundo (Exército Zapatista de Libertação Nacional, os exemplos dos trabalhadores na Bolívia, Equador, Guatemala, Filipinas, Colômbia, África do Sul e outros), bem como as ações dos trabalhadores urbanos, via organizações populares e sindicais, por melhores condições de vida e de trabalho, por emprego nas minas e áreas metropolitanas densamente povoadas, por moradia, comida etc., em todo o planeta.

Entretanto, como se depreende da própria dinâmica camponesa, a consciência coletiva, diferentemente, é construída no processo de enfrentamento com o capital, com o Estado e com os proprietários de terra, que têm na terra a possibilidade de extrair/cobrar de toda a sociedade renda da terra, ou de incorporar os pressupostos da renda capitalizada, o que, para o camponês, ao contrário, é a oportunidade de garantir socialmente e manter seu modo de vida, apesar de se valer, também, em determinadas circunstâncias e momentos, desses atributos. Contudo, é exatamente a compreensão desse processo que nos autoriza a travar a discussão sobre o componente de classe que esse assunto requer e não, portanto a nos manter apegados às pressuposições ou preconceitos, como vimos anteriormente.

Aqui não nos propomos valorar as consequências dessa teorização, apesar de ter sido muito importantes para o tema que abordamos. Basta recordar apenas que essa teoria do desenvolvimento do capitalismo no agro foi amplamente seguida no campo marxista e, para todos os efeitos, deveria valer para explicar a realidade, baseada no funcionamento processual tipicamente industrial/urbano do campo, sendo que, desta feita, os camponeses, em sua maioria, seriam incapazes de competir com a grande exploração, restando-lhes converterem-se em assalariados desta e da indústria, de modo que, para alguns, restaria a oportunidade de se aproveitarem de vantagens comparativas e assim se incorporariam à burguesia agrária.

No interior dessa diferenciação, propagou-se, então, a tese de que o cenário social no campo se reduzia, assim como para a indústria, à burguesia agrária, como fração da classe burguesa, e o proletariado agrícola, parte integrante da classe operária.

No Brasil, o comparecimento desse assunto, no ambiente acadêmico, a partir dos 1950, tem como alvo prioritário o projeto de desenvolvimento e de política industrial, onde o conceito de camponês aparece marginalmente no cenário intelectual e político, por conta das Ligas Camponesas.

Nos anos 1960, a intelectualidade de esquerda estava envolvida com os rumos das lutas pela transformação social, sendo que as críticas mais contundentes foram dirigidas à manutenção do latifúndio, que significava o atraso do desenvolvimento econômico e social do país, tendo em vista representar os resquícios feudais, semifeudais e coloniais, que obstaculizam o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas e do aumento da produtividade do trabalho (Sodré, 1976).²³ Conjuntamente, a ideia de camponês presente nesse cenário era a transposição do camponês feudal da Idade Média, distanciado das relações capitalistas, conquanto que, em nosso país, fora criado no interior da sociedade capitalista, no decorrer da estagnação da produção escravista.

²³ O que estava presente nas reflexões de Sodré era o fato de que se fazia necessário transpor a etapa latifundista e anti-imperialista da revolução brasileira, o que o vinculava às formulações da II Internacional, mais propriamente às teses defendidas por Kautsky e Lênin.

É por esse viés que se vinculam ao debate as ideias de Alberto Passos Guimarães, sobretudo com os clássicos *Quatro séculos de latifúndio* (1989) e *A Crise agrária* (1979). A compreensão de que a rigidez do sistema latifundiário brasileiro se opunha obstinadamente às mudanças capazes de abalar sua continuidade era vinculada ao fato de que a revolução técnica, na agricultura, chegou demasiadamente tarde, e ainda é incompleta e parcial, firmando-se apenas em alguns setores e produtos determinados, referindo-se à cana-de-açúcar, na zona da mata pernambucana e alagoana e na área canavieira de Campinas e Ribeirão Preto, em São Paulo.

Com base nessa “leitura”, apresenta a formulação, que marcou identidade para os pesquisadores e estudiosos do temário agrário das décadas seguintes, do caráter conservador da *modernização* da agricultura no Brasil ou, sinteticamente, da “modernização conservadora”,²⁴ verificada nos anos 1960.

No entanto, no outro pólo do debate, apresentava-se Caio Prado Júnior, que, em 1966, com *A Revolução Brasileira*, defendia ser um equívoco aceitar a existência de relações feudais na sociedade brasileira. O direcionamento da crítica de Prado Júnior, igualmente expresso em outras obras, como em *A Crise agrária* (1979) e em diversos artigos publicados na *Revista Brasiliense*, de forma pertinente, confronta com a compreensão de que a história universal é uma sucessão ordenada dos modos de produção, ou dos “estágios sucessivos”, endossada, pois, na interpretação da inexistência de relações feudais no Brasil.

Em termos práticos, Prado Júnior (1979) não negava a existência dos camponeses na agropecuária brasileira; todavia, tratava-se de um “setor residual da nossa economia”, segundo afirmava.

Os principais desdobramentos dessas formulações, que marcaram intensamente os debates políticos internos aos setores da esquerda, no país, especialmente no âmbito do Partido Comunista, desde a segunda metade dos anos 1960, e que ainda estão presentes, conduz ao fato de que, como no Brasil não se vivenciou

²⁴ O contraponto a essa formulação era o desenvolvimento econômico do país, que exigia, para seu pleno florescimento, um projeto que removesse os resquícios semifeudais, latifundistas e neocoloniais, amparado numa política de Reforma Agrária que viabilizasse o mercado interno.

o feudalismo ou formas híbridas semifeudais, o camponês não existe e nunca existiu.

De essência risível, está-se diante de uma clara simplificação ou mutilação das reflexões de Prado Júnior, e de toda a fundamentação dos próprios clássicos do marxismo, a começar pelo próprio Marx. Simplificação ainda maior, quanto mais essas questões sejam abordadas e descontextualizadas do movimento contraditório que redefine os sentidos polissêmicos do trabalho, em cada tempo e lugar, tendo em vista as *necessárias* alianças políticas para a gestão do Estado, radicadas no reformismo anacrônico do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e de setores do sindicalismo, sob sua influência ideológica.

Essas marcas, que expressam, à primeira vista, desconhecimento, ingenuidade ou miopia intelectual e política, aferram-se a essa maneira de pensar, tamanho o desenraizamento do processo histórico, e não nos têm permitido avançar teoricamente, quiçá no exercício da práxis das pesquisas.

Em outro momento do debate teórico, no contexto brasileiro, no final dos anos 1970, e que ainda hoje influencia sensivelmente as reflexões sobre o campesinato, mas seguindo os referenciais que indicavam seu fim, refletiam as teses defendidas por Lênin (1982), que, sob a “leitura” de José Graziano da Silva (1982), indicavam que, com a industrialização e a modernização da agricultura, o campesinato estava fadado à extinção e, em seu lugar, se teriam trabalhadores assalariados e capitalistas, no campo. O conceito de pequena produção ganhou visibilidade e substituiu o de camponês, porque representava, no plano teórico, segundo seus seguidores, a realidade do campo imerso às políticas “modernizantes”, fortemente subvencionadas pelo Estado. *O campo ao se modernizar não carecia (carece) de reforma agrária, pois as condições essenciais para o desenvolvimento estavam (estão) dadas.* Passados mais de meio século e essa formulação se mantém viva nos cânones acadêmicos, nos sindicatos, nos partidos, nos veículos midiáticos etc.

MUDAR PARA MANTER...

Num passe de mágica, eis a *metamorfose* (cf. Abramovay, 1992), que transforma camponês em agricultor familiar, ou seja, o que era

tido como modo de vida converte-se em profissão, numa forma de trabalho, sendo que, para fugir daquela *injuriosa* classificação, lhe resta a integração ao mercado (podendo expressar-se em diferentes escalas e intensidades), completo de preferência, integrado plenamente à subordinação do capital e à impessoalização do mundo moderno deste.

Desse ambiente de (re)definições e tensionamentos teórico-políticos, estamos tentando identificar o rompimento e as fronteiras/ideologizações que se erguem/defendem/constroem para desconsiderar os camponeses trabalhadores, ou atores sociais que compõem o universo do trabalho, em detrimento de serem profissionais,²⁵ sem desconsiderarmos as controvérsias e disputas, que apontamos acima e que convergem para a definição dos marcos da agricultura familiar, que, portanto, não seria mais camponesa.

Com base nas formulações de Abramovay (1992), o camponês é considerado um profissional, quando inserido em relações de produção modernizadas e na adoção e manuseio de técnicas de produção que o vinculam ao mercado (a “fisionomia impessoal” do mercado contamina todos os produtores), e que, por conseguinte, o identifica com o desenho predefinido da agricultura familiar, numa clara metamorfose desse ator social: “aquilo que era antes de tudo um modo de vida transforma-se em profissão” (Abramovay, 1992: 126). Já os camponeses propriamente ditos não fazem parte desse cenário e estão, quando muito, integrados parcialmente aos mercados incompletos, porque mais arraigados à subsistência, dispendo apenas da identidade de um modo de vida e não de um modelo de organização produtiva para a agricultura moderna. Esse posicionamento encontra mais contundência em Lamarche (1993), que expõe à exaustão a separação entre camponês e agricultor familiar, enfatizando, pois, o caráter residual e atrasado daquele em consonância à prosperidade e atualidade deste, que se mantém afinado ao funcionamento da dinâmica produtiva.

²⁵ No Brasil, esse posicionamento é mais dissimulado e comparece de forma sutil nas avaliações dos camponeses, fato que não ocorre com tanta frequência, no âmbito dos assentamentos oriundos da luta pela terra, o que, de certa forma, pode indicar certa sintonia com o que encontramos também junto aos dirigentes sindicais e os próprios camponeses, na Espanha e em Portugal, com base nos depoimentos e entrevistas com dirigentes sindicais, e França, Inglaterra e Alemanha, em informações indiretas, secundárias e documentais.

A estreiteza dessa compreensão, em particular com referência à perda da identidade camponesa pela adoção de tecnologia, tem, em Tedesco (1999), o argumento de que o modo de vida camponês, as sociabilidades construídas historicamente não foram substituídas por comportamentos motivados/influenciados pela inserção no mercado, até porque os camponeses não são avessos às tecnologias ou às mudanças da base técnica.

A profundidade dos argumentos expressa, com clareza, a opção teórica que Fernandes (2004) adotou para defender, no momento das suas elaborações (meados da década atual), a conformação do debate em torno da contraposição entre agricultura familiar e agricultura camponesa. Para tanto, ampara toda a argumentação respectivamente aos paradigmas do capitalismo agrário, tendo como expoente Abramovay (1992) e as principais referências teóricas utilizadas pelo autor, com destaque para Lamarche (1993), e o paradigma da questão agrária, protagonizado por ele mesmo.

Então como utilizar esses conceitos? Como diferenciar um agricultor familiar periférico de um camponês viabilizado? Ou um agricultor familiar consolidado de um camponês empobrecido? Não poderia ser somente pela renda de cada um deles. Nem tampouco pelo acesso e uso de determinadas técnicas; de integração parcial ou plena aos mercados; de diferentes relações sociais personificadas ou impessoais pelos diferentes níveis de subordinação e de resistência; do uso dos termos moderno e atrasado; etc. Mas, principalmente, pela opção em adotar um determinado paradigma. É importante deixar claro que os paradigmas da Questão Agrária e do Capitalismo Agrário são diferentes modelos de análise do desenvolvimento da agricultura. É neste quadro teórico político que se concebe a diferenciação e a metamorfose (Lamarche, 1993:10).

Estamos perante uma polarização que inspira atenção, pois, o camponês, assim como qualquer outra forma de expressão laborativa, incorporada às identidades do trabalho, como o operário (metalúrgico), esvaziado de conteúdo e sentido de classe, em referência às estruturas de dominação do capital e da hegemonia burguesa, não oferece precisão à nossa "leitura" de sociedade, ao nosso discurso. Confunde os próprios trabalhadores e subverte as contradições do processo social, atribuindo-lhes apenas significados aparentes. Isto é, não estaríamos, de fato, marcando uma diferença

teórico-política e sugerindo elucidações e esclarecimentos, *se, a priori*, utilizarmos essa ou aquela denominação (seja agricultor familiar seja camponês), sem que estejam acompanhadas do conteúdo do processo social, dos tensionamentos que pulsam as contradições das lutas, da hegemonia burguesa e do capital (em todas as suas extensões), e, conseqüentemente, dos verdadeiros objetivos de classe, até porque “a exploração camponesa é familiar, mas nem todas as explorações familiares são camponesas” (Lamarche, 1993:16).

De todo modo, seja em qual campo esteja, se entendido como camponês ou como agricultor familiar, a ideologização do enquadramento do profissional agricultor familiar amplifica a fetichização do conteúdo da lavra desse ator social com a terra, retirando-lhe os qualificativos sociais diferenciadores, tais como a luta da resistência, o componente da estrutura familiar/camponesa e, especialmente, a luta anticapital.²⁶

Queremos afirmar que, seja qual for a formulação que se assuma, é necessário ampará-la teórico-conceitualmente, para não ficarmos apostando num mero jogo de palavras, escapando-nos a compreensão de que tais terminologias carregam em termos de ações oriundas do Estado, dos setores hegemônicos do agronegócio e formadores de opinião, espraiando-se e revigorando-se no âmbito dos trabalhadores, dos sindicatos, das centrais sindicais, dos movimentos sociais.

Assim, os fundamentos da Política Agrária do governo brasileiro, ao longo dos últimos dez anos, estão diretamente associados aos pressupostos dos grandes conglomerados transnacionais agro-químico-alimentar-financeiros, ao mercado externo ou das exportações, em detrimento de alternativas factíveis para fortalecerem o mercado interno, a fixação dos trabalhadores e suas famílias, na terra, assim como a priorização da produção familiar camponesa.

²⁶ É por esse referencial que guiamos nossas pesquisas e reflexões, ou seja, considerando a complexidade das relações sociais que expressam nada mais do que o conteúdo plural das formas de externalização do trabalho, as contradições e seus processos históricos, no interior da dinâmica geográfica da luta de classes e dos conflitos sociais, isto é, suas territorialidades, escalas espaciais e significados específicos nos lugares.

Dessa forma, estaríamos assumindo uma falsa questão como elemento central para ser discutido no interior da classe trabalhadora, pois quem controla a situação e defende as prerrogativas e pressupostos das classes dominantes exerce a hegemonia sobre ambas as situações (seja agricultor familiar seja camponês), seja num outro nível de atividades voltadas para o mercado externo, seja para o mercado interno... Quer dizer, diante de um aparente quadro dual (camponês / agricultor familiar), o controle seria exercido sobre a situação e a oposição, a depender da conjuntura e do conteúdo das alianças políticas,²⁷ o que, em termos práticos, não nos possibilita compreender a extensão e o conteúdo das contradições, no seio da classe trabalhadora, mas apenas adotar expressões/conceitos que representam fragmentações forjadas e alimentadas com interesses que contradizem os interesses dos trabalhadores.

Entendemos, portanto, que nenhum modelo pode substituir o que deveria ser a verdadeira formação de classe, em determinado momento histórico: o movimento das contradições, os projetos políticos em questão etc. Do mesmo modo, esses questionamentos nos põem a pensar nas possíveis insuficiências do conceito de classe operária, especialmente se deixarmos de levar em conta o que está ocorrendo com o trabalho de maneira geral, mediante as ações simultâneas e conjugadas da precarização, (des)realização, heterogeneização e fragmentação. E para retomar uma reflexão amparada em Thompson (1987), indicada na Introdução, se do ponto de vista estrutural, eu olho para as relações de produção e consigo definir operários e/trabalhadores em geral, todavia isso não define uma classe social. Mais ainda, a compreensão de classe é a consciência que emerge da luta de classes. Por isso, nenhuma experiência de uma classe (operária) pode ser considerada mais verdadeira do que outra (Thompson, 1987). Tampouco nesse universo teórico de Thompson, voltado à classe trabalhadora, poderíamos desprezar a questão da dominação e a dinâmica da luta de classes ou, ainda, as faces geográficas desse processo.

²⁷ Para ilustrar esse cenário, poderíamos nos remeter à falsa polarização entre PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) e PT, no Brasil, neste início do século XXI, já que, sem nenhuma suspeita, sob a batuta de qualquer uma dessas legendas, o capital e a burguesia continuariam expressando sua hegemonia sobre todo o tecido social, o mesmo se passando, num paralelismo histórico, com a coexistência no poder, nos EUA, dos Partidos Democrata e Republicano.

As pesquisas é que nos vão permitir ampliar, aprofundar, aclarar e qualificar a crítica aos pressupostos já consolidados nessas alternativas explicativas, as quais não têm oferecido eficiência e potência, para nos ajudar a compreender o mundo real dos nossos tempos. A fragilidade dessa atribuição/definição não resistiria às primeiras instabilizações provocadas por qualquer tropeço da política econômica do governo, ou *vendaval* externo, e que repercutisse diretamente na inflação, na saúde da economia e na taxa de juros.

A esperada despolitização da questão agrária com a substituição do enunciado conceitual de camponês para pequeno produtor, tendo em vista que a centralidade da dimensão do trabalho se resolveria via mercado (capacidade de adotar o pacote tecnológico e de absorver os subsídios públicos e políticas creditícias), a utilização combinada e, por certo, desenraizada das motivações originais, produziu tensionamentos e muita confusão no debate teórico. De fato, se, na origem, a substituição do conceito de camponês para pequeno produtor não significava somente uma mera substituição, mas um conjunto de entendimentos que propugnavam outros referenciais de compreensão do processo social, visão de futuro e do conflito de classes, que na prática e no exercício dos estudos, essas diferenças se plasmaram.

O alcance desse vínculo se enraíza no agronegócio, para captar uma expressão do momento, numa clara alusão à “necessária” inserção no sistema produtor de mercadorias em bases tecnológicas (mecânicas, químico-farmacêutico-biológico/genéticas, gerenciais), agora *incendiadas* pela fúria do Biodiesel e pela produção de matérias-primas oleaginosas, voltada para o mercado externo e de gestão empresarial.

A agricultura camponesa estaria se efetivando como alternativa para fortalecer as fileiras do desenvolvimento das práticas capitalistas,²⁸ isto é, uma aposta no fim do campesinato. Outros

²⁸ A esse respeito, o Vídeo-Documentário “Cana no Pontal?”, sob nossa direção, mostra as evidências desse processo de cooptação dos assentados do Pontal do Paranapanema ao projeto do Biodiesel, do governo federal, com o apoio do líder da dissensão do MST na região, José Rainha Junior, e de lideranças da FETAESP/CONTAG (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo/Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura).

elementos também devem ser levados em conta, quando nos deparamos com os interesses estratégicos e geopolíticos do capital e dos Estados, no tocante à questão dos agrocombustíveis e à *febre* em torno da produção do etanol, no Brasil (cf. Thomaz Junior, 2007c), para cumprir o fetiche da diminuição da emissão de gases tóxicos e de CO₂, na atmosfera.

Portanto, está-se diante de uma orquestração ideológica, por parte dos segmentos hegemônicos da burguesia agroindustrial, grandes proprietários de terra, latifundiários-grileiros e do Estado, para despolitizar o debate em torno da questão agrária, da luta pela terra e da reforma agrária, que atingiu, no final dos anos 1980, lugar de destaque. Esta foi logo abafada pelas ações repressivas do governo Collor, para, na sequência, já na segunda metade da década de 1990, assumir novamente a dianteira nas lutas sociais e no *teatro de operações* dos movimentos sociais, particularmente o MST e o MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens).

Mais do que pretender apresentar-se como alternativa à agricultura camponesa ou ao modo camponês de vida e de trabalho, fundado na família e na terra individual, há outros interesses que se somam a estes e dão sustentação às estratégias da política agrária do governo brasileiro, que, por sua vez, estão padronizadas às formulações originárias do BM, particularmente na reforma agrária de Mercado, no desenvolvimento territorial rural (cf. Montenegro Gómez, 2006; Sauer, 2006; Pereira, 2006), e são apregoadas pela PAC, da UE e pela *Farm Bill*, dos Estados Unidos da América.

Tamanha rede de articulações, mediações e contradições serve para plantar uma formulação ideológica, com o fim do campesinato, com vistas a colher os frutos muito rapidamente, dado a eficiência dos fundamentos que vinculam a agricultura familiar às relações tecnológicas modernas do modelo agroexportador do agronegócio, e que está associado à fragilização e ao desmantelamento da estrutura camponesa.

Como que, num passe de mágica, a negação da agricultura camponesa se dá ao mesmo tempo em que se afirma e se propugna sua pseudo-manutenção, porém com outro nome, sob outros enunciados e fundamentos políticos, ideológicos, econômicos, sociais. Então, se não valessem os maus tratos, alijamento e descaso das formulações das políticas públicas para com a agricultura camponesa, com esses *novos* referenciais, toda a produção e

os sucessos da *vocação exportadora* do Brasil seriam atribuídos à agricultura familiar, conforme os programas oficiais e o *marketing* midiático.

Por conseguinte, mais do que recriar de forma restrita os seus pressupostos e requisitos tático-estratégicos, o capital e o Estado propõem destruir um modelo e recriar outro, com a mesma gente, na mesma terra, ou em terras distantes, com a mesma história de vida, todavia sob outros pressupostos e paradigmas. Em termos alegóricos, equivaleria a *mudar para manter* ou, já com sentido metafórico, *trocar de roupa sem tomar banho*, ou seja, mantém-se o mesmo esquema de dominação em vigência.

Eis o *pulo do gato* dessa construção ideológica que, diferentemente do que ocorreria com o conceito de pequeno produtor dos anos 1980, agora, como assinala Marques (2003:3), “a defesa do conceito de agricultura familiar passa pela afirmação de sua diferença em relação ao camponês, que não mais se aplicaria às novas realidades criadas”. Isso quer dizer que todos os pressupostos dos planos e projetos de ação pública têm como referência a questão das diferentes formas de subordinação do trabalho (agricultor) ao capital e, conseqüentemente, os desdobramentos do processo de diferenciação social interna à produção familiar.

Dessa maneira, retira da compreensão dos agricultores a sujeição da renda da terra ao capital e, portanto, os aspectos econômicos da dominação de classe, esvaziando politicamente a necessidade da reforma agrária, afastando qualquer vínculo dos trabalhadores Sem Terra a essa lógica. Mais ainda, retira os conflitos de classe de cena e transfere todos os problemas para o mercado e para as políticas de incentivo à produção, já que os mesmos estariam sendo resolvidos à medida que se apresentem soluções e medidas concretas para o aumento da produtividade, preços remuneradores, apoio para o escoamento da produção etc.

No entanto, não se está diante de uma realidade estática, mas sim dinâmica e que revela os conteúdos contraditórios dos conflitos oriundos da não aceitação mecânica dessa condição. É por isso que não considerá-la natural pode expressar a luta contra as práticas de subordinação, exploração do camponês, bem como a sujeição da renda da terra pelo capital (empresas agroindustriais, agroalimentares, conglomerados financeiros).

Já a expropriação do camponês da terra se traduziria na sua destruição/extinção e, por meio da luta pela terra, das ocupações, recriar-se-ia novamente o território camponês, o que lhe acrescentaria mais um exemplo, para a grande maioria, de uma trajetória marcada por desterritorialização/reterritorialização, conflitos, contradições, ambiguidades e disputas. Não obstante, seguramente, optar pela compreensão da questão agrária através do pressuposto da superação/negação da sociedade do capital, do seu metabolismo destrutivo, é o que pode garantir experiências de transformação radical do campo e o fortalecimento para o conjunto da sociedade.

REFERÊNCIAS

- Abramovay, Ricardo (1992), *Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão*, São Paulo, Hucitec/Edunicamp.
- Alves, Giovanni (2008), *Dimensões da reestruturação produtiva*, São Paulo, Práxis.
- Antunes, Ricardo (2005), *O caracol e sua concha*, São Paulo, Boitempo.
- Bernardo, João (1997), *Capital, sindicatos, gestores*, São Paulo, Vértice.
- Bertero, José Flávio (2006), "Sobre reforma agrária e MST", *Revista Lutas & Resistências*, núm. 1, Londrina, pp. 163-183.
- Bihl, Alain (1998), *Da grande noite à alternativa*, São Paulo, Boitempo.
- Bourdieu, Pierre (2001), *Contrafogos 2*, São Paulo, Zahar.
- Bové, José (2002), *Campesino del mundo*, Barcelona, El Viejo topo.
- Carvalho, Horácio Martins de (2007), "Impactos econômicos, sociais e ambientais devido à expansão da oferta de etanol no Brasil", em Seção de Documentos da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Nordeste II [<http://www.cptpe.org.br/modules.php?name=News&file=article&sid=593>], recuperado em 23 set. de 2007.
- (2008), *As controvérsias sobre a expansão dos agrocombustíveis no Brasil: o etanol*, São Paulo (inédito).
- Chayanov, Alexander Vladimir (1974), *La organización de la unidad económica campesina*, Buenos Aires, Nueva Visión.
- Chesnais, François (1996), *A mundialização do capital*, São Paulo, Xamã.
- Engels, Friedrich (1981), "O problema camponês na França e na Alemanha", em Silva, José Graziano da; Stolcke, Verena, *A questão agrária*, São Paulo, Brasiliense, pp. 59-80.

- Fernandes, Bernardo Mançano (2004), “Espaços agrários de inclusão e exclusão social: novas configurações do campo brasileiro”, *Revista do Laboratório de Geografia Agrária*, São Paulo, DG/FFLCH/USP, v. 1, pp. 16-36.
- González De Molina, Manuel (ed.) (2000), “Perspectivas socioambientales de la historia del movimiento campesino andaluz”, en *La historia de Andalucía a debate I: campesinos y jornaleros*, Granada, Diputación de Granada/Anthropos, pp. 239-288.
- Guimarães, Alberto Passos (1979), *A Crise Agrária*, São Paulo, Paz e Terra.
- (1989), *Quatro séculos de latifúndio*, São Paulo, Paz e Terra.
- Jalife-Rahme, Alfredo (2008), “El cártel anglosajón de la guerra alimentaria. Seis trasnacionales controlan granos y cereales”, *La Jornada* [<http://www.jornada.unam.mx/2008/04/23/index.php?section=opinion&article=01601pol>], recuperado em 27 abr. de 2010.
- Goetz, André (2003), *Metamorfoses do trabalho. Crítica da razão econômica*, São Paulo, Annablume.
- Graziano Da Silva, José (1982), *Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura*, São Paulo, Hucitec.
- Gutierrez, Ivani (org.) (2006), *Agroecologia militante*, São Paulo, Expressão Popular.
- Hobsbawm, Eric John Ernest (2002), *Mundos do trabalho*, São Paulo, Paz e Terra.
- Kautsky, Karl (1986), *A questão agrária*, São Paulo, Martins Fontes.
- Lamarque, Hugues (coord.) (1993), *A agricultura familiar: comparação internacional*, São Paulo, Editora da Unicamp.
- Leite, Sérgio et al. (2004), *Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro*, São Paulo, Editora da UNESP.
- Lênin, Vladimir Iliánov (1982), *Imperialismo fase superior do capitalismo*, São Paulo, Alfa-Ômega, Obras Escolhidas.
- (1978), *O que fazer?*, São Paulo, Hucitec.
- Lessa, Sérgio (2005), “Centralidade ontológica do trabalho e centralidade política proletária”, *Revista Lutas Sociais*, núms. 13/14, São Paulo, pp. 106-121.
- Luxemburgo, Rosa (1976), *A acumulação de capital*, Zahar Editores, Brasil.
- Marques, Marta Inez Medeiros (2003), *A atualidade do uso do conceito de camponês*, São Paulo (inédito).
- Mészáros, István (2002), *Para além do capita*, São Paulo, Boitempo.
- Martín Martín, Víctor Onésimo (2006), *Los jornaleros hablan de la lucha por la tierra en el sur de la España del siglo XXI*, Madrid. Gráficas Digarza.
- Martins, José de Souza (1981), *Os camponeses e a política no Brasil*, São Paulo, Vozes.
- Marx, Karl (1982), *O capital*, São Paulo, Difel.

- (2002), *O 18 brumário e as cartas de Kugelmann*, São Paulo, Paz e Terra.
- Mazoyer, Marcel (2003), *Defendendo al campesinado en un contexto de globalización: crise agrícola, crise alimentar e crise geral contemporânea* [<http://www.rebellion.org>], recuperado em 10 de outubro de 2004.
- Montenegro Gómez, Jorge Ramón (2006), *Desenvolvimento em (des) construção: narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial rural*, São Paulo, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista.
- Oliveira, Ariovaldo Umbelino (2008), “Agrocombustíveis e produção de alimentos”, *Folha de São Paulo*, 17 abr. 2008, p. 2, São Paulo, Tendências e Debates.
- Oliveira, Francisco de (2000), *Classes Sociais em Mudança e a Luta pelo Socialismo*, São Paulo, Editora da Fundação Perseu Abramo.
- Otero, Gerardo (2004), *¿Adiós al campesinado?*, México, Universidad de Zacatecas.
- Pereira, João Márcio Mendes (2005a), *A política agrária do banco mundial: ofensiva neoliberal em marcha*, Brasil [www.landaction.org/idsplay.php?article=331], recuperado em 08 de ago. de 2005.
- (2005b), *Continuidades e discontinuidades no governo Lula de programas orientados pelo modelo de reforma agrária de mercado do Banco Mundial Brasil* [www.desempregozero.org.br/reforma_agraria/continuidades_e_descontinuidades_no_governo_lula.pdf], recuperado em 08 de ago. de 2005.
- Pereira, João Márcio Mendes (2006), “Neoliberalismo, políticas de terra e reforma agrária de mercado na América Latina”, em Sauer, Sérgio; Pereira, João Márcio Mendes (orgs.), *Capturando a terra*, São Paulo, Expressão Popular, pp. 13-47.
- Prado Júnior, Caio (1979), *A questão agrária*, São Paulo, Brasiliense.
- Rosset, Peter (2006), “Alternativa à política fundiária de mercado: reforma agrária e soberania alimentar”, em Sauer, Sérgio; Pereira, João Márcio Mendes (orgs.), *Capturando a terra*, São Paulo, Expressão Popular, pp. 315-342.
- Sauer, Sérgio (2003), “A terra por uma cédula: A Reforma Agrária de mercado do Banco Mundial no Brasil”, em Sauer, Sérgio; Barros, Flávia; Schwartzman, Stephen (orgs.), *Os impactos negativos da política de Reforma Agrária de mercado do Banco Mundial*, São Paulo, Rede Brasil, pp. 45-102.
- (2006), “Estado, banco mundial e protagonismo popular: o caso da reforma agrária no Brasil”, em Sauer, Sérgio; Pereira, João Márcio Mendes (orgs.), *Capturando a terra*, São Paulo, Expressão Popular, pp. 285-314.

- Sodré, Nelson Werneck (1976), *História da burguesia brasileira*, São Paulo, Civilização Brasileira.
- Tedesco, João Carlos (1999), *Terra, trabalho e família: racionalidade produtiva e ethos camponês*, São Paulo, Ediupf.
- Thomaz Júnior, Antonio (2005), “‘Jogo’ de cena e poder de classe no Brasil do século XXI. A contra-reforma agrária no governo Lula”, *Revista Perspectiva Geográfica*, vol. 1, núm. 1, Cascavel, pp. 9-24.
- (2007), “Trabalho e territórios em disputa (algumas considerações)”, Paulino, Eliane Tomiasi (org.), *Campesinato em movimento. III Simpósio Internacional de Geografia Agrária-IV Simpósio Nacional de Geografia Agrária*, Londrina, pp. 223-247.
- (2007c), “Geografia e trabalho no século XXI. Os limites para a compreensão da classe trabalhadora no Brasil”, *Revista Okara*, vol. 1, núm. 2, João Pessoa [<http://www.okara.ufpb.br/ojs2/index.php/okara/article/view/1831/1624>], recuperado em 15 de out. de 2008.
- (2009a), *Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI. (Limites explicativos, autocrítica e desafios teóricos)*, 3 vols., Faculdade de Ciências e Tecnologia, São Paulo, Universidade Estadual Paulista.
- Thompson, Edward Palmer (1987), *A formação da classe operária inglesa*, São Paulo, Paz e Terra.
- Venetti, F.J. (2008), “Um panorama dos transgênicos”, *O Estado de São Paulo*, p. 3. (Agropecuário), 05 mai.
- Vía Campesina (2004), *Declaración de la IV Conferencia de la Vía Campesina* [http://www.viacampesina.org/main_sp/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=52], recuperado em 15 de set. de 2006.